

MAIS GREVES

Professores param por tempo indeterminado na segunda-feira

Indignados com o não cumprimento de reajuste previsto em lei, categoria vai deixar 100 mil sem aulas

ANNY MALAGOLINI

Os professores da Rede Municipal de Ensino (Reme) anunciaram greve a partir da próxima segunda-feira, dia 25, e por tempo indeterminado. Com isso, mais de 100 mil alunos ficarão sem aulas. A categoria quer reajuste salarial de 13,1%, previsto em lei municipal para equiparar o piso salarial pago aos profissionais que atuam 40 horas semanais, com os que têm carga horária de 20 horas na semana.

Em protesto, mais de 500 professores se reuniram na manhã de ontem na Câmara Municipal de Campo Grande. O clima era de tensão. A presença dos profissionais serviu para pressionar os parlamentares, e avisar que sem o cumprimento da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, a chamada Lei do Piso, as escolas vão parar.

Ainda ontem, as escolas municipais não abriram, como forma de advertência. Exceto a Escola Municipal Múcio Teixeira Junior, na Vila Carlota. Hoje as atividades devem ser normais.

Os servidores infomaram que no dia 10 de março foi encaminhado ao gabinete do prefeito um aviso de que em maio venceria o prazo para que o ajuste salarial fosse feito. O reajuste deveria ser concedido no mês de maio, data-limite para que a Prefeitura de Campo Grande fizesse a mudança dos salários. No entanto, o Executivo já se posicionou e a correção salarial não será concedida.

O salário inicial de um pro-



REVOLTA. Professores se reuniram à tarde, na ACP, para discutir propostas da prefeitura apresentadas horas antes; categoria está indignada

fessor do município é de R\$ 1.697,37 para 20 horas semanais, e com o ajuste, o valor subirá para R\$ 1.917,00. A lei determina que o piso deve ser pago para jornadas de até 40 horas.

Geraldo Gonçalves, presidente Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP) afirma que toda a greve é um grito de socorro do magistério. O número de alunos aumentou de 97 para 101 mil neste ano letivo. Mas o número de professores não acompanhou a nova demanda e, em vez disso, o total de professores do município passou de 8.839 para 8.754 em

2015. Os contratos da educação geram mensalmente o custo total de R\$ 36,9 milhões.

Em negociação ontem à tarde, prefeitura e sindicato não entraram em acordo. O cargo de diretor-adjunto chegou a ser oferecido a Gonçalves caso não houvesse greve. Wilson do Prado, secretário interino de educação, disse que os professores cobram transparência da prefeitura e por isso foi sugerido que a entidade apresentasse algum nome para compor a pasta, o que foi recusado.

A entidade disse ainda que na reunião foi dito que “os professores devem agradecer a Deus se receberem o salá-

rio”, o que teria sido dito pelo adjunto de Finanças, Ivan Jorge. A prefeitura vai formalizar uma proposta para a categoria, que, segundo Prado, prevê “ajustes” na Secretaria de Educação (Semed), entre eles demissões de convocados e redução de aulas.

Os professores atacam a justificativa da prefeitura de corte de gastos enfatizando que houve aumento no número de comissionados que passou de 790 servidores contratados no ano passado, o número revelado neste ano é de 1.073. As despesas neste setor absorvem da folha de pagamento do município cerca de R\$ 5 milhões, ao mês.

Muitos servidores seguravam cheques nas mãos durante o protesto, em alusão à denúncia contra o prefeito Gilmar Olarte (PP), que é acusado pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) de usar cheques em branco de terceiros e entregá-los a agiotas. A denúncia foi feita pelo **Correio do Estado** nos dias 10 e 11 de fevereiro deste ano.

JUSTIÇA

O presidente da ACP ainda destacou, mas sem detalhes, que uma ação judicial está sendo construída para garantir os direitos dos professores.



Saiba

Enfermeiros programam greve para dia 30 de maio

Também presentes à manifestação na Câmara, os enfermeiros da rede de saúde do município brigam por ajuste salarial de 8,3%, acima da inflação. Os profissionais também querem reaver os plantões cortados em março e apontam os problemas de se trabalhar na rede, como: quadro reduzido, aumento da demanda e profissionais limitados. O sindicato da categoria prevê greve para o dia 30 de maio. A prefeitura paga aos profissionais de enfermagem R\$ 2,2 mil e os técnicos recebem R\$ 1,2 mil

Segundo ele, a categoria não fará acordo com a prefeitura. “O único acordo é o pagamento do que é direito dos professores, e vamos lutar por isso”, garantiu.

No ano passado, os professores do município entraram em greve e paralisaram os trabalhos entre os dias 6 e 16 de novembro. O motivo foi o mesmo: descumprimento do pagamento do piso salarial com base no nacional. **(Colaboraram Lucia Morel e Lairtes Chaves)**

SERVIDORES ESTADUAIS

Dia é decisivo para negociações e professores cogitam greve em MS

LUCAS JUNOT

Dia decisivo nas discussões sobre reajuste salarial de servidores públicos de Mato Grosso do Sul, hoje, diversas categorias tentam um consenso sobre os percentuais a serem aplicados pelo governo do Estado. Com a perspectiva de reajuste zero, movimentos paredistas ameaçam diversos setores, especialmente na Educação. Ao longo do dia, sete representações sindicais discutirão os índices

com uma comissão formada por secretários de estado.

A Federação dos Trabalhadores em Educação (Fetems) abre a rodada de discussões. Os professores reivindicam, entre outras questões, a aplicação de 10,98% de reajuste, concedido pela Lei 4.464, de 2013, com efeito a partir deste ano. Em janeiro a categoria recebeu 13,01%, estipulado pela Lei Federal 11.738/08, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissio-

nais do magistério público da educação básica. A categoria se reúne em assembleia na sexta-feira (22) para decidir se entram ou não em greve na semana que vem.

O Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol/MS), que representa 2,4 mil servidores, pede reajuste de 10%. O governo afirma que a categoria já foi beneficiada em dezembro do ano passado, mas os trabalhadores alegam que o índice concedido refere-se a uma

reposição salarial do ano de 2013, cuja proposta de aplicação foi dividida entre maio de 2014 e dezembro de 2014.

Os servidores da administração penitenciária de Mato Grosso do Sul, representados pelo Sinsap/MS, requerem reajuste de 12%, o que representaria 4% de ganho real, desconsiderando os 8% da inflação.

A Associação de Cabos e Soldados da Polícia e dos Bombeiros Militares do Estado (ACS/PMBM/MS), o Sindicato dos

Trabalhadores em Seguridade Social (Sintss/MS) e o Sindicato dos Trabalhadores do Der-sul (Sinder/MS) também terão reuniões com o governo do Estado ao longo do dia.

A Federação Sindical dos Servidores Públicos Estaduais e Municipais (Feserp/MS), que representa 12 sindicatos e cerca de 25 mil servidores, reivindica 8% de reajuste linear com 4% de ganho real. A entidade afirma que existem distorções salariais em Mato Grosso do Sul que variam entre 20% e 260% e reitera que os 10% concedidos no fim do ano passado referem-se à correção dessas distorções, não reajuste salarial. A entidade ainda aguarda reunião com o Executivo estadual.

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) afirmou que insiste no diálogo com os servidores e que o reajuste é sim discutido. “Estamos dialogando com os servidores, principalmente com as categorias que não tiveram reajuste em dezembro, as que tiveram já foi um impacto financeiro que poderia ter sido deixado para data-base de maio, mas como o governo anterior antecipou a data-base para dezembro, estamos suportando. Vamos dialogar e o que tem que ficar claro é a responsabilidade que o governante tem que ter em gerir os recursos públicos. Não tem espaço no momento de crise para fazer duas reposições num período tão curto”.

NEGOCIAÇÕES

Trabalhadores em saúde querem aumento e não descartam parar

GABRIELA COUTO

Cerca de 3 mil funcionários do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Mato Grosso do Sul (Hemosul) e do Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen) aguardam a contraproposta do governo do Estado, que deve ser divulgada hoje, pela comissão responsável pela negociação salarial dos

servidores. A expectativa do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no Mato Grosso do Sul (Sintss/MS) é que seja garantido reajuste de ao menos os 8,12% da inflação.

No HR, por exemplo, os 1,8 mil trabalhadores de vários setores estão em assembleia permanente com indicativo de greve. “Em reunião com todos os setores do nosso sindicato é unânime a posição do

servidor de não aceitar o reajuste zero”, afirmou o presidente do sindicato, Alexandre Costa. Segundo ele, se o governo continuar insistindo em não dar o reajuste, a categoria vai paralisar as atividades.

“Vamos tentar esgotar todas as negociações antes da greve. Não aceitamos a justificativa da crise, já que o governo aumentou os cargos comissionados, repasse para outros poderes e gastos internos. Só

o servidor está pagando essa conta. Queremos no mínimo a reposição da inflação que está garantido pela Constituição”.

Na quinta-feira (21) está programada uma assembleia geral pelo Fórum dos Servidores, em que serão deliberados os pontos importantes para as categorias definirem o andamento da mobilização no período da tarde. O governador Reinaldo Azambuja está cumprindo agenda em Brasília (DF), mas em compromisso no início desta semana reiterou que não tem como realizar o reajuste dos servidores.

Agora Naviraí tem MAIS!

Certidões e Documentos em todo o Brasil

Certificado Digital

Digitalização e GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)

Protesto de Títulos

Pasta Mais (Documentos para crédito imobiliário)

Pesquisa Patrimonial

Reabilitação de crédito

Tradução juramentada

Documentos para licitação

Documentos para concurso

Uma só rede, mais de 300 serviços

R. Belirio Pereira de Souza, 11 - Galeria José Golin - Centro - Naviraí/MS

Tel.: (67) 3461-3340

navirai@cartoriomais.com.br

www.cartoriomais.com.br/navirai

• • • • •